

Reunião aberta da APROPUC

PROFESSORES REAFIRMAM POSIÇÃO CONTRA PRECARIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO

Na reunião aberta dos professores, realizada no dia 14/2 os docentes da PUC-SP enfatizaram novamente sua posição contra mudanças em seu contrato de trabalho que conduzam à precarização de suas condições de trabalho.

Os professores não concordam com uma possível mudança que tenha como parâmetros a diminuição da relação entre receita/folha de pagamento (o que só

pode significar diminuição dos salários) e uma obscura recomendação do MEC que estipula TP-12 como início de carreira.

Reivindicações docentes

Nas reuniões anteriores já foram definidos parâmetros para que um contrato docente contemple de fato condições dignas de trabalho. Entre eles estão:

Isonomia salarial: Os salários devem contemplar de forma igualitária os diferentes segmentos docentes dentro da universidade.

Enquadramento na carreira: fim do represamento que hoje mantém professores por mais de 10 anos fora da carreira docente. A APROPUC se posiciona por Nenhum Professor Fora da Carreira!

Universalização do Con-

trato de Cidadania: Os benefícios para os docentes devem se estender a todos os professores e não somente àqueles com contrato de TP-20.

Ensino/pesquisa/extensão: Qualquer alteração contratual tem que levar em conta o tripé que caracteriza a atividade docente na universidade.

Final de carreira: Os professores que desejarem encerrar a sua carreira na universidade devem receber verbas rescisórias dignas e não ser rebaixados para a conhecida situação do “limbo”, onde ficam por anos recebendo salários irrisórios, sem a possibilidade de sair da universidade.

Contrato por tempo: Qualquer alteração contratual deve respeitar o contrato de tempo, uma conquista da categoria que supera a chamada hora-aula, prática comum nas instituições de ensino mercantilizadas.

Ilegalidade da redução salarial

Os presentes lembraram também que qualquer redução no salário com o professor ministrando o mesmo número de aulas é ilegal. A

REUNIÃO ABERTA DOS PROFESSORES

28/02 (TERÇA)

17H00

ONLINE

Pauta:

CONTINUIDADE DA
DISCUSSÃO DA PROPOSTA
DE CONTRATO DE
TRABALHO

Para participar: Entre em contato com a APROPUC via WhatsApp para receber o link da reunião - Tel: (11)3872-2685

Continuação da página anterior

redução salarial, sem uma justificativa contemplada pela Convenção Coletiva, se choca com a legislação trabalhista em vigor, sendo passível de processo judicial. Causa estranhamento o argumento de redução da relação receita/folha de pagamento (que hoje se situa em torno de 65%, quando a Fundasp quer reduzir para 60%), pois os últimos balanços mostram uma universidade superavitária. Se a FUNDASP deseja uma folha em torno de 60% da receita, isso deve se dar então pelo aumento da receita e não pela redução salarial. A normativa do MEC que a Fundasp diz justificar uma possível alteração contratual iniciando os contratos a partir de TP-12, também

não tem força de lei, sendo somente uma recomendação às universidades.

Posição das faculdades

Algumas unidades fizeram reuniões e trouxeram seus relatos para a reunião aberta. Faculdades como a Ciências Sociais e a Economia encaminharam ao Consad a solicitação de que o tempo para a discussão de uma nova proposta seja dilatado uma vez que é impossível discutir um assunto de tal complexidade e relevância em poucas semanas. Nesse sentido, algumas unidades incorporaram a posição da APROPUC de adiamento das discussões por seis meses. Por outro lado, alguns docentes questionaram o próprio sentido da discussão, porque não se trata uni-

camente de ganhar-se um pouco mais de tempo, mas de se contrapor ao processo como um todo pois, no final da discussão, a decisão ficará para o Conselho de Administração (órgão totalmente avesso à autonomia universitária), onde a Fundasp tem sempre maioria. Por isso os professores reiteram a necessidade de que uma alteração no contrato docente tramite pelo CEPE e CONSUN.

Em síntese, a discussão da mudança de contrato de trabalho deve contemplar um processo de superação dos problemas recorrentes na universidade para que haja um avanço na qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

Todos os contratos de trabalho devem garantir condições para os professores

cumprirem os critérios de avaliação acadêmica existentes. Assim, a universidade deve retomar sua autonomia frente a FUNDASP e desenhar um projeto do que ela deseja ser no futuro próximo, de acordo com as especificidades dos cursos. E, em seguida, negociar com a parte gestora as responsabilidades e os papéis de cada parte.

Assim, a APROPUC está convocando todos os professores para uma nova reunião aberta no dia 28/2, terça-feira, a partir das 17hs, quando a questão voltará a ser debatida.

Neste momento é fundamental a participação dos docentes no processo de discussão pois somente com a nossa mobilização e o apoio dos demais segmentos da é que poderemos barrar mais esta ameaça patronal.

Sinpro-SP inicia campanha salarial 2023

Também foi relatado na reunião do dia 14/02 que o Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo, Sinpro-SP, juntamente com os demais sindicatos que compõem a base da Federação dos Professores do Estado de São Paulo, Fepesp, iniciaram, a campanha salarial de 2023 em assembleia realizada na tarde de 09/02/23.

O índice proposto deve ficar em torno de 6%, que corresponde à média entre os coeficientes do INPC e IBGE. Porém, a direção do

Sinpro-SP lembrou que a nossa maior luta no momento é a aprovação da sentença do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo que deu ampla vitória aos professores, mas foi questionada pelas mantenedoras junto ao Supremo Tribunal Federal, ocasionando a liminar de suspensão de seus efeitos concedida pelo ministro Luiz Fux.

O Sinpro-SP entrou com um agravo contra a decisão do ministro e hoje o processo permanece na Procuradoria Geral da República, PGR,

que dará o seu parecer.

Foi lembrado na assembleia dos professores a falácia em que se constituem os argumentos das mantenedoras que insistem em alegar prejuízos financeiros quando são notórios os lucros auferidos pelas instituições de ensino durante a pandemia com “ensalamentos” e diminuição de despesas.

Os professores do ensino superior do Estado de São Paulo estarão em assembleia permanente aguardando os resultados de suas campanhas salariais.

Governo federal reajusta valores de bolsas para pós e graduação

O Ministério da Ciência e Tecnologia anunciou na quinta-feira, 16/2, o reajuste das bolsas de estudo para pós e graduação. Os reajustes que variam entre 25 e 200% começam a vigorar a partir de março e atingem a graduação, pós-graduação, iniciação científica e Bolsa Permanência.

A APG-PUCSP esteve em Brasília com a sua diretoria para acompanhar a cerimônia de anúncio do reajuste das bolsas de estudo, que estavam há 10 anos com os seus valores congelados.



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Betriz Abramides, João Batista Teixeira, Jason T. Borba, Victoria C. Weischtordt, Maria Helena Gonçalves Soares Borges e Sandra Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br